

MERCADOS E NEGOCIANTES IMPERIAIS: UM ENSAIO SOBRE A ECONOMIA DO IMPÉRIO PORTUGUÊS (SÉCULOS XVII E XIX)

João Fragoso*

RESUMO

Análise introdutória dos circuitos comerciais e negociantes, que, entre o século XVII e XIX, ligavam as diferentes partes do império português. Fenômeno que o transformava em um *sistema econômico*. Tal império, apesar de conter diferentes estruturas sociais e econômicas (da aristocrática-camponesa reinol à escravidão americana), possuía algumas formas de acumulação e práticas comuns. Estas derivadas do Antigo Regime português e presentes em suas várias regiões: Reino, Estado da Índia, América e África lusas.

Palavras-Chave: império português, comércio transatlântico, Antigo Regime.

ABSTRACT

First approach to the merchant and market circles that, between the 17th and the 19th centuries linked the different parts of the Portuguese Empire, which turned this Empire into an *economic system*. The Portuguese word, despite its different social and economic structures (from the aristocratic-peasant reinol to American Slavery) shared some common behavior and accumulation practices. This common characteristics were consequences of the old portuguese regime and occurred in its various regions: Kingdom, The State of India, America and Portuguese Africa.

Key-words: Portuguese Empire, transatlantic trade, Ancient Regime.

* Professor Doutor em História, do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorado na Universidade de Minnesota (EUA) e ISCTE (Lisboa, PT). O presente artigo faz parte de uma pesquisa financiada pelo CNPq. Gostaria de agradecer à Professora Maria de Fátima Gouvêa da UFF, pelas indicações sobre o império inglês.

O artigo que segue tem por objetivo analisar os mercados e os negociantes que viveram o império português no século XVIII e princípios do seguinte. Parte-se do pressuposto que o império luso – incluindo Portugal – não consistia apenas numa entidade administrativa espalhada pelos vários cantos do planeta, possuindo somente como elo de ligação uma mesma coroa. A hipótese que procuro desenvolver é que, para além de todas as diferenças econômicas e sociais entre o Reino, a América portuguesa, a África lusa e o Estado da Índia, o império apresentava certas identidades que eram dadas por seus circuitos comerciais transoceânicos, suas formas de acumulação e mais, pelos negociantes que circularam e fizeram fortunas em meio a este *mare lusitano*. São fenômenos que permitiriam analisar o império – perdoem-me os traumatizados com esta palavra, mas na falta de uma melhor – enquanto sistema econômico.

Entendo, aqui, por *sistema* não tanto geografias que viviam uma mesma relação de produção ou que estavam *subordinadas* a um mesmo centro, sendo as suas periferias submetidas à lógica e interesses econômicos-políticos de tal matriz. Como veremos, tratava-se de um *sistema* onde existiam diferentes economias, mas cujos mecanismos de reprodução se ligavam via circuitos internos do império, cabendo as suas comunidades de mercados – entre outros agentes e instituições – o papel de fazer esta ligação.

Em realidade, este ensaio faz parte de uma pesquisa em andamento, portanto, as idéias aqui expostas estão sujeitas a modificações.

Os novos caminhos da história dos impérios modernos

Como se sabe, durante muito tempo as interpretações sobre a economia e sociedade da América portuguesa colonial tiveram como quadros explicativos, aqueles que privilegiavam o mercantilismo – a colônia devia ser apreendida a partir de suas relações privilegiadas com uma Europa da chamada acumulação primitiva de capital – ou por outras que sublinhavam a natureza única da sociedade colonial, esta possuía suas próprias regras de reprodução econômico-social. Em outros trabalhos já discorri sobre estes

temas,¹ por conseguinte, não vale a pena chatear o leitor e a mim mesmo voltando a eles.

Entretanto, vale lembrar algumas coisas e apresentar alguns dos rumos da atual pesquisa sobre a história do além-mar da época moderna.

Há alguns anos, os historiadores profissionais sobre os impérios e sociedades coloniais, como Stern e Wesseling,² demonstravam o perigo de se investigar tais temas sob a ótica da *teoria da dependência*, mesmo sendo a principal função dessas periferias transferir recursos para as suas matrizes sedentas de riquezas. Curiosamente, na mesma época em que tais observações eram feitas, pesquisadores de outros campos, no caso da Europa moderna, reviam temas clássicos da história dos séculos XVII e XVIII, como o Estado e Revolução Industrial. Nessa revisão, Ch. Tilly e Antônio Hespanha³ apresentavam seus receios em rotular o Estado da Europa moderna como *simplesmente* absolutista. Assim como Patrick O'Brien,⁴ analisando a revolução industrial inglesa, afirmava que a contribuição das chamadas periferias (particularmente, as colônias), fora periférica no desencadear daquela revolução. Ou, ainda, F. Mendels,⁵ tendo como objeto a industrialização européia, destacava o papel da proto-industrialização e dos mercados regionais. Uma das conseqüências dessas novas abordagens foi a de solapar os marcos teóricos que, até então, serviam de anteparo para a análise das relações colônia-metrópole.

Como se sabe, essas relações eram, até então, analisadas à luz das práticas da chamada política econômica do Estado absolutista – conhecida também por mercantilismo – ou por meio de noções como *Economia Mun-*

1 FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998; FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. 4. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

2 STERN, J. S. Feudalism, Capitalism. And the world-system in the perspective of latin America and the Caribbean. *American historical review*, v. 88, n. 43, 1988; WESSELING, H. História do além-mar. In: BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 97-131 (ed. em inglês: 1990).

3 TILLY, C. *Coercion, capital, and European States*. Cambridge, Massachusetts: [s.n], 1991; HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.

4 O'BRIEN, P. European economic development: the contribution of the periphery. *Economic History Review*, v. 35, n. 1, 1982.

5 MENDELS, F. Proto-industrialization: Theory and Reality. In: INTERNATIONAL ECONOMIC HISTORY CONGRESS, 8., 1982, Budapest. *Anais...* Budapest: Akademiai Kiado, 1982. p. 69- 107.

do, forjada por F. Braudel, e de Sistema Mundial Capitalista, de I. Wallerstein.⁶ Apesar de suas diferenças, tais quadros tinham alguns traços em comum: as colônias, em especial as ibéricas, eram percebidas como fornecedoras de produtos, mercados e capitais para uma Europa moderna em processo de transformação para o capitalismo.

O impacto da revisão dos temas-chave sobre a história da Europa moderna para as leituras do mundo colonial, fica fácil de ser percebido quando se atentam para alguns pontos, como por exemplo:

- a monarquia não exercia uma autoridade plena no interior das próprias sociedades europeias do absolutismo. Portanto, as relações entre o poder central e as elites locais/regionais tinham que ser *negociadas*;
- de igual forma, as transformações econômicas vividas pela Europa da época – segundo O’Brien⁷ e Mendels, e cada um de sua maneira – tinham nos seus mercados domésticos um dos eixos principais.

Diante de tal quadro, as conseqüências interpretativas sobre as sociedades ultramarinas eram inevitáveis. As relações colônia-metrópole passaram a ser percebidas como resultado de negociações. Entre elas deviam existir canais de entendimento e não simplesmente de subordinação como pretendiam os velhos quadros explicativos. Na verdade, teríamos a noção de *autoridades negociadas* elaborada por J. Greene.⁸ De igual modo, superado o pano de fundo teórico inflexível do mercantilismo, as possibilidades de compreender nas sociedades no Novo Mundo fenômenos como a exis-

6 BRAUDEL, F. *O tempo do mundo – civilização material e capitalismo*. Lisboa: Teorema, 1979. v. 3.; WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, [19-?]. v. 1.

7 O’Brien, em artigos posteriores ao de 1982 iria dar importância maior aos mercados coloniais, porém sua tese principal é a proeminência do mercado doméstico nos primeiros tempos da industrialização inglesa permaneceria. Segundo o a chamada americanização do comércio externo inglês entre 1772 e 1820, deve-se, entre outros motivos, as guerras no Velho Mundo. Entre 1814 e 73, a exportações para a Europa cresceriam mais rapidamente do que para a América e Caribe (O’BRIEN, P.; ENGERMAN, S. L. Export and the growth of the British economy from the Glorious Revolution to the Peace of Amiens. In: SOLOW, B.; ENGERMAN, S. (Eds.). *Slavery and the Rise of the Atlantic System*. Cambridge: [s.n.], 1991). Para um resumo recente do debate sobre a industrialização europeia, onde se destaca o papel dos fluxos comerciais no interior da Europa, ver PEDREIRA, J. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994. (Introdução).

8 GREENE, J. *Negotiated Authorities. essays in colonial political and constitutional history*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.

tência de acumulações endógenas e de produções voltadas para os mercados coloniais tornaram-se mais plausíveis. Fato que, aliás, pesquisadores da América Ibérica, como Garavaglia⁹ entre outros, já há algum tempo tinham apontado.

Um outro lado da queda daqueles antigos paradigmas é a necessidade de construção de novos quadros teóricos, para o entendimento das relações entre a Europa e o Ultramar. Não há como negar a existência de circuitos econômicos, políticos, demográficos etc., entre ambos, porém, neste momento, é cada vez mais difícil explicá-los por uma *Economia Mundo* ou um Sistema Mundial Capitalista, em vigor desde o século XVI. Talvez seja a construção de novos marcos interpretativos para a apreensão das relações entre Europa e Ultramar, considerando aquelas novas tendências historiográficas um dos principais desafios para os historiadores dos impérios modernos e das sociedades ditas coloniais. Neste sentido, o debruçar mais atento sobre os impérios torna-se, cada vez mais imprescindível.

Alguns aspectos do império luso e sua economia no setecentos

O Rio de Janeiro da virada do século XVIII para o XIX apresenta-se como a principal praça mercantil do Atlântico Sul ou, para ser mais preciso, do império português. Não obstante, até 1808, Lisboa e o Reino continuavam, respectivamente, sendo a capital e o centro político do mar lusitano. Além de sua evidente centralidade política para o ultramar, Portugal permanecia como importante mercado, já que para os seus portos convergiam as mercadorias do império que depois eram redistribuídas pela Europa. Da mesma forma, nesta época, observou-se um certo crescimento

9 GARAVAGLIA, J. El mercado interno colonial a fines del siglo XVIII: Mexico y el Peru. In: BONILLA, H. (Org.). *El Sistema Colonial en la America Española*. Barcelona: Crítica, 1991. p. 218-238.

manufatureiro metropolitano capitaneado pelos tecidos de algodão e linho. Entre 1797 e 1805, por exemplo, o têxtil de algodão era um dos produtos mais valiosos nas exportações lusas para as diferentes partes do império.¹⁰

As aparências, entretanto, podem enganar. O principal comprador das exportações reinóis era o Brasil, em especial o Rio, o que era possibilitado pelo exclusivo metropolitano. É sabido que este protecionismo garantia nas *colônias* um mercado privilegiado para os produtos portugueses e para as reexportações europeias intermediadas pelas praças reinóis.¹¹ A importância das exportações, leia-se do exclusivo metropolitano, para os tecidos portugueses pode ser inferido pelo fato de que mais da metade da produção de chita e saias, em 1815, era comprada fora de Portugal.¹²

Além dos mercados protegidos pelo exclusivo comercial, o ultramar fornecia também outra peça fundamental para a economia metropolitana de finais do setecentos: a matéria-prima da chamada *primeira* fase da revolução industrial, os panos de algodão, provenientes da Índia. De acordo com Jorge Pedreira, em Portugal se fazia, principalmente, a estamperia destes panos.¹³

Vejamos com mais calma estes dois fenômenos da passagem do século XVIII para o XIX: o Rio de Janeiro como principal praça do império e, ao mesmo tempo, o crescimento econômico do Reino.

Como se sabe, a recente historiografia lusa tende a sublinhar que Portugal era um pouco mais que um simples entreposto entre a Europa e o ultramar, existindo, portanto, um grupo de *empresários* lusos que produziam e exportavam suas mercadorias para as colônias.¹⁴ Processo este decorrente, em parte, da política econômica implementada no período do Marquês de Pombal que, entre outras medidas, teria procurado incentivar o comércio, a produção agrícola e manufatureira de Portugal.¹⁵ Mais do que isto, Pombal teve a preocupação de motivar o *empresariado* luso, em parti-

10 ALEXANDRE, V. *Os sentidos do Império*. Lisboa: Afrontamento, 1993. p. 49.

11 *Ibid.*, cap. 1.

12 PEDREIRA, op. cit., p. 292.

13 *Ibid.*, p. 292-293.

14 ALEXANDRE, op. cit., p. 25-75; PEDREIRA, J. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Lisboa, 1995. Tese (Doutorado) - Universidade Nova de Lisboa.

15 PEDREIRA, *Os homens...*, op. cit.

cular por meio dos contratos de arrematação de impostos e da participação nas companhias de comércio (a exemplo das do Grão Pará, Maranhão e de Pernambuco).¹⁶

A mesma historiografia lembra, entretanto, que uma vez terminados os privilégios concedidos pelo pacto colonial, aquele *empresariado* tenderia a perder espaços no comércio imperial e o crescimento industrial luso perderia seu fôlego. Valentim Alexandre, assim descreve as conseqüências destes acontecimentos: “Setor chave da primeira fase da revolução industrial, indústria nascente em Portugal, o têxtil de algodão foi atingido em cheio, mal sobrevivendo nas décadas seguintes [do tratado de 1810]. Com ele, é toda a industrialização do país que foi afetada (...) acentua-se a tendência a relegação de Portugal para uma situação de simples fornecedor de produtos primários.”¹⁷

Em outras palavras, ao que parece, as transformações econômicas de meados do século XVIII não teriam criado as condições necessárias para mudanças mais profundas das estruturas sociais e econômicas de Portugal. Dito de outra forma, aquelas transformações não resultariam em um desenvolvimento industrial aut centrado e, muito menos, em um forte grupo empresarial, digamos capitalista.

Seja como for, o fim do pacto colonial para a sociedade lusa representou não somente a crise de um possível – existisse ele ou não – *projeto modernizador* e de seus *empresários*, mas também o definimento de uma sociedade teimosamente dominada pelo *ethos* aristocrático.¹⁸

Em contrapartida, o mesmo não ocorreu com os negociantes de grosso trato do Rio de Janeiro. Estes, ainda que agindo dentro dos quadros

16 Foge aos interesses deste capítulo uma discussão mais detalhada sobre a política pombalina e sua continuidade ou não depois de Pombal. A bibliografia sobre o assunto é vasta, assim como as diferentes interpretações sobre estes temas. Ver, entre outros: FALCON, F. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1983; MACEDO, J. *A situação econômica no tempo de Pombal*, 1985; PEDREIRA, *Os homens...*, op. cit.; MAXWELL, K. *Marquês de Pombal – paradoxo do iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

17 ALEXANDRE, op. cit., p. 792.

18 Sobre a “natureza” da antiga sociedade portuguesa, ver: GODINHO, V. M. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975; ALMEIDA, J. Traços gerais do sistema de comércio português no Atlântico, esboço de caracterização. In: ALMEIDA, J. *Primeiras Jornadas de História Moderna*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1986. v. 2, p. 951-972. Para uma visão geral do Reino em meio ao definimento e fim do chamado império luso-brasileiro, ver TORGAL, L. R.; ROQUE, J. L. (Coord.). *O liberalismo – história de Portugal*. Lisboa: Estampas, 1993. v. 5.

do escravismo e do Antigo Regime, continuavam a dominar setores vitais da economia colonial e mesmo algumas rotas essenciais do antigo império.¹⁹ Mais do que isto, para a metrópole, mesmo depois de 1822, o Rio permanecia como principal parceiro comercial, leia-se importador dos produtos portugueses.²⁰ Por conseguinte, se o pacto colonial não conseguiu formar uma forte comunidade de negociantes em Lisboa, seja qual for a sua natureza social, o mesmo não ocorreu no Rio de Janeiro.

Estes fenômenos nos levam a repensar as mudanças no império luso ao longo do século XVIII e nas primeiras décadas do século seguinte. Algumas destas questões já foram vistas em outro trabalho,²¹ então me deterei apenas em alguns aspectos do império no setecentos e em princípios do século seguinte como: o perfil econômico da praça carioca em finais do setecentos; algumas das rotas do império luso; e, por último, analisarei um dos nervos centrais de tal império, o chamado *pacto colonial*, com a intenção de apresentar, resumidamente, um rápido painel das conexões imperiais na passagem do século XVIII para o XIX.

Mercados, fortunas imperiais e o pacto colonial

Estudos recentes demonstram que algumas das formas de acumulação originárias do Antigo Regime português, existiam nas diferentes partes do ultramar.²² Por exemplo, o sistema de mercês e a atuação das câma-

19 Para o domínio do Rio de Janeiro sobre o tráfico, depois de 1822 ver: ALEXANDRE, V. Portugal e a abolição de tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 3, fasc. 2, p. 293-303, 1991; ALEXANDRE, V.; DIAS, J. A questão colonial no Portugal Oitocentista. In: _____. *O império africano (1825-1890)* – nova história da expansão portuguesa. Lisboa: Estampa, 1998. v. 10, p. 27-34.

20 FRAGOSO; FLORENTINO, *Arcaísmo...*, op. cit.

21 FRAGOSO, J. Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, 2000.

22 BOXER, C. R. *O império colonial português*. Lisboa: Editora 70, 1981; THOMAZ, L. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994; MONTEIRO, N. G. *O crespúculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998; FRAGOSO, J. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. *Topoi – Revista de História do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000a.

ras na economia – as possibilidades de enriquecimento dela decorrentes – conferiam certo grau de *homogeneidade* entre áreas econômico-sociais tão diferentes como o reino, a América lusa, Angola e o Estado da Índia.

Para o Reino, a importância do sistema de mercês pode ser medida pelo fato de que, em 1607, os gastos do reino, somente com tenças e moradias – pensões concedidas em troca de serviços prestados –, eram de 190 contos, quantia bem superior aos 167 contos arrecadados pelo Estado, na mesma época, no império atlântico.²³ Depois de 1415 – com a conquista de Ceuta – tais práticas foram transmitidas ao ultramar. Nas *conquistas* a coroa concedia postos administrativos ou militares – governador, provedor da fazenda etc. – que podiam proporcionar, além dos vencimentos, privilégios mercantis, viagens marítimas em regime de exclusividade ou isenção de taxas e de direitos alfandegários. O capitão-mor de Málaca possuía, como mercê real no século XVI, o monopólio de determinadas rotas asiáticas. Já em Angola, o governador Henrique Jacques Magalhães, em 1695, solicitava o mesmo privilégio usufruído por seus antecessores – que lhe permitia retirar sem ônus 600 *cabeças* (escravos) e navegar marfim sem o constrangimento dos contratadores. No Rio de Janeiro, na década de 1650, o alcaide-mor da cidade tinha o privilégio, igualmente concedido pelo monarca, de transportar 10% de seu açúcar nas frotas do Reino.²⁴

Quanto à câmara, basta lembrar do Rio de Janeiro seiscentista. O seu conselho, como de outras áreas do Antigo Regime luso, para o bem da República, concedeu monopólios sobre o corte da carne, o peso do açúcar, interferiu nos preços dos produtos para o abastecimento da cidade, assim como, discutia com mercadores e capitães de naus os fretes e preços dos produtos importados e exportados da Urbes.²⁵

Da mesma forma, o império era percorrido e ligado por negociantes transoceânicos e suas rotas de comércio. Nessa medida, cabe recordar os têxteis indianos que foram peças-chave no tráfico atlântico de escravos e no *surto manufatureiro* português, da virada do século XVIII para o XIX.

23 GODINHO, V. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978. p. 68-69; MONTEIRO, op. cit.

24 THOMAZ, op. cit., p. 430; AHU, Angola, cx. 15, doc. 36; AHU, Rio de Janeiro, av., cx. 3, doc. 48.

25 FRAGOSO, *A nobreza...*, op. cit., p. 82-90.

Este comércio de panos indianos ilustrava bem os circuitos mercantis imperiais, ou melhor, a existência de áreas de produção e mercado finais gerados no mar de Camões. Parte destes panos asiáticos eram transformados pela manufatura reinól e seu grande mercado era a América portuguesa. Uma outra parte dos mesmos tecidos era mandada para Angola e com a renda obtida se adquiriam escravos enviados para a mesma América; é desnecessário dizer que existiam outros mercados para estes produtos, particularmente os locais.²⁶

Deste modo, as práticas político-econômicas do antigo regime luso no ultramar combinadas àquela cadeia de comércios, reafirmam que o império luso era mais que uma simples entidade político-administrativa com sede em Lisboa, sendo, em realidade um espaço econômico com alto grau de refinamento. Espaço que, entendido como uma intrincada rede de negócios, teria suas características e personagens, quais sejam: mercado e negociantes imperiais.²⁷

As rotas ultramarinas e o mercado imperial

Começemos pela existência de um *mercado imperial*. Mercado com certeza complexo, já que era capaz de ser palco de negócios resultantes de diversas estruturas sociais e econômicas, que iam da sociedade aristocrática-camponesa de Portugal, passando pela *plantation* escravista e produções de alimentos – assentadas em múltiplas formas de trabalho – na América portuguesa, pelas sociedades africanas baseadas no tráfico de escravos, chegando nas seculares produções têxteis hindus com suas, também

26 ANTUNES, L. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. (Org.). *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (no prelo).

27 A recente historiografia inglesa sobre o império britânico, principalmente para os séculos XVIII e XIX, tende a sublinhar a importância de circuitos comerciais que cortavam o Além-Mar inglês e os personagens que faziam estes tratos; cf. HANCOCK, D. *Citizens of the World* – London merchants and the integration of the British Atlantic community, 1735-1785. Cambridge: University Press, 1996; BOWEN, H. V. *Elites, enterprise and the making of the british overseas empire, 1688-1775*. London: Macmillan Press Ltd., 1996. Desnecessário dizer que apesar dos impérios inglês e português terem compartilhados de mercados e negociantes transoceânicos, há entre ambos espaços diferenças substantivas em suas histórias e portanto na experiência de seus circuitos e comerciantes ultramarinos.

antigas, redes de comércio. Apesar de tais diferenças, o império reiteradamente se fazia e refazia através de rotas que ligavam estas tão diversas paragens.

Por seu turno, tal *mercado ultramarino* – ou conjunto interligado de circuitos mercantis – não era apenas mais um entre tantos outros gerados pela expansão marítimo-comercial européia. Em realidade, aquele *mercado* foi essencial para a própria reprodução econômica e social das diferentes economias que o formavam. Ou sendo mais preciso, para a reiteração das várias sociedades que constituíam o império português. Vejamos alguns exemplos.

Os tratos de têxteis indianos, principalmente ao longo do setecentos, foram cada vez mais vitais para a produção material das relações sociais do Brasil escravista, portanto, para a própria existência da economia escravista nesta sociedade, assim como o tráfico atlântico de almas fora essencial na reprodução e ampliação das sociedades e hierarquias sociais angolanas.²⁸

A exportações dos produtos elaborados pelos escravos brasileiros eram essenciais para a manutenção da estrutura da antiga sociedade portuguesa.²⁹ Da mesma forma que as importações das fábricas do reino, onde se destacavam os panos, seriam fundamentais na reiteração das estruturas sociais de Portugal.

Por último, os diversos comércios de têxteis indianos realizados no mar lusitano tinham um papel de destaque na continuidade desta forma de produção e de seu grupo mercantil como elite regional.³⁰

Repare-se que nos exemplos citados, utilizei propositadamente mercadorias – têxteis e cativos – cujas rotas ligavam ao mesmo tempo diferentes partes do império: da Ásia ao Reino. Ao fazerem isto, elas reproduziam as estruturas sociais e econômicas destas partes, garantindo o perfil do império com suas diversidades. Talvez seja este um dos pontos mais interessantes do império como *sistema* e de seu mercado. Isto é, os seus

28 FLORENTINO, M. *Em costas negras*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. p. 82-100.

29 GODINHO, op. cit., p. 71-163; ALMEIDA, op. cit., p. 951-972.

30 SUBRAHAMANYAM, S. *O império asiático português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995. p. 258-266.

mecanismos de reprodução garantiam, simultaneamente, a continuidade de diversas sociedades.

Cabe sublinhar, ainda, que parte dos produtos das várias rotas transoceânicas tinha por comprador final os circuitos comerciais internos da América portuguesa. Desde o século XVIII, pelo menos, muitas mercadorias asiáticas, africanas e portuguesas possuíam como compradores não a *plantation* do litoral, mas os produtores de alimentos luso-americanos distantes léguas do oceano, a exemplo de Minas Gerais, ou afastados dos principais portos, como o Rio Grande do Sul. Voltarei a este assunto mais adiante.

Em suma, o que chamei de mercado imperial ultramarino cumpriu um papel-chave – em diferentes graus e, pelo menos, durante certo tempo – para a reprodução estrutural das diferentes sociedades e economias presentes no interior do vasto império lusitano. Antes de concluir este tópico é importante lembrar que tal mercado transoceânico tinha como pano de fundo as *regras* do Antigo Regime, leia-se ele tinha como traço a interferência da política sobre o comércio. Não se tratava, portanto, de um mercado auto-regulado, onde os preços eram dados, apenas, pela oferta e a procura.³¹ No século XVII, por exemplo, o governador de Angola interferia decisivamente no ritmo dos negócios negreiros e, igualmente, parte das ligações entre o Estado da Índia e o império era feita – legalmente ou não – pelas *liberdades da Índia*, portanto, por meio de uma mercê. Este tema nos leva ao tópico seguinte: os mercadores imperiais.

Mercadores e as fortunas imperiais

Por certo, estas rotas ultramarinas criaram – além dos oficiais agraciados com mercês do tipo *liberdades da Índia* – os seus próprios personagens, no caso, os negociantes com grande cabedal e capazes de estabelecer redes de contato: sócios, parceiros circunstanciais, caixeiros etc., nas diferentes partes do ultramar. Por conseguinte, o império luso seria também o espaço para a existência de um grupo especial de *empresários*, cujos em-

31 Cf. POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980; FRAGOSO, *A nobreza...*, op. cit.

preendimentos e fortunas se fizeram, literalmente, nos vários mares onde os portugueses, em diferentes graus, estavam presentes.

Os comerciantes imperiais, obviamente, foram produto do início da expansão ultramarina e, assim, os primeiros eram do Reino e alguns de outras partes da Europa. O florentino Bartolomeu Marchione, com negócios em Portugal desde o reinado de D. João II (1481 – 1495), estava envolvido no comércio de escravos da Guiné e, durante o período de D. Manuel (1495-1521), aparecia no comércio da Índia.³² Na passagem do século XV para o XVI, temos exemplos de grandes negociantes portugueses como Fernão de Loronha (ou Noronha) que, em 1502, era um dos arrendatários do comércio com o Brasil – inclusive do pau-brasil – e, no mesmo ano, juntamente com Marchioche, contratava o arrendamento do *Rio dos Escravos*, próximo ao castelo de São Jorge da Mina.³³ Um ano antes já possuía embarcações nas armadas da Índia.³⁴ Para o século XVII Frédéric Mauro, baseado em inventários feitos pela Inquisição, apresenta André Gonçalves, nascido em Porto alegre e domiciliado em Lisboa. Entre 1636 e 1640, este negociante possuía transações com Angola, Guiné, Brasil e Ásia; estando envolvido com os *panos da Índia* e o tráfico de escravos.³⁵

Alguns destes comerciantes, como era de se esperar, também exerciam postos na administração. João Rodriguez Coutinho, na virada do século XVI para o XVII, era asientista para o fornecimento de escravos à América espanhola, deteve o contrato de Angola – arrematação de impostos sobre o tráfico de escravos e marfim – e, entre 1602 e 1603, foi governador da mesma região.³⁶ Algo não muito diferente ocorreu com Antônio Teles da Silva, capitão-mor das naus da Índia e governador do Brasil entre 1534-1535 e, na década de 1640. Por intermédio do primeiro posto, Teles

32 GODINHO, V. M. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987, v. 3, p. 191 e 196. Ver, ainda, ALMEIDA, A. M. de. *Capital e capitalistas no comércio de especiarias*. Lisboa: Cosmos, 1993, p. 45-65.

33 GODINHO, *Os descobrimentos...*, op. cit., p. 211.

34 ALBUQUERQUE, L. de. *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*, Lisboa: Caminho, 1994, v. 2, p. 625-627.

35 MAURO, F. *Nova história e novo mundo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973, p. 130.

36 ALENCASTRO, L. F. *Os lusos-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul*. Campinas, 1994. Tese (Livro-docência inédita) - Unicamp. p. 30-31.

da Silva interferiu no comércio de tecidos e especiarias e, já na América, negociou com açúcar e couros, além de atuar nas importações de têxteis.³⁷

Talvez mais interessante que a existência destes negociantes cujos empreendimentos reiteravam a existência de um império comercial, seja a formação de uma fortuna imobiliária também ultramarina. Salvador Correia de Sá e Benevides, governador do Rio de Janeiro e de Angola em distintos momentos do século XVII, que possuía engenhos de açúcar na Guanabara, além de propriedades em Luanda e terras em Tucumán; estas últimas amealhadas por casamento durante a União Ibérica.³⁸ Quanto a Duarte Teixeira Chaves, governador do Rio entre 1682 e 1686, no seu testamento feito em Portugal constava um morgado no Reino, um engenho no Rio e negócios de família na Índia.³⁹ Por meio destes exemplos temos não somente a confirmação da existência de negócios ultramarinos – por definição fugidios, já que não criam a riqueza material, só a transportam –, mas de fortunas definitivamente com *raízes* no império. Isto é, fortunas de fato imperiais.

Com o passar do tempo, parte desta realidade começaria a mudar; principalmente após a viragem estrutural do império,⁴⁰ com a contínua reiteração das rotas ultramarinas e a consolidação econômica e social das conquistas portuguesas. Como resultado de tais fenômenos teríamos a formação de comunidades de mercadores residentes nas diferentes partes do ultramar e a sua ascendência cada vez maior sobre as rotas imperiais, deslocando os reinóis.⁴¹

37 RAU, V. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In: RAV, V. *Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime*. Lisboa: Presença, 1984. p. 29-33.

38 AHU, Angola, av., cx. 12, doc. 29; BOXER, C. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602- 1686*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973. p. 111.

39 ANTT, Registros gerais de testamentos, Liv. 103, n. 41, p. 50-54.

40 GODINHO, *Ensaíos...*, op. cit.

41 Um outro elemento que ajuda a entender as mudanças apresentadas a seguir, diz respeito à própria natureza aristocrática da sociedade lusa que criava obstáculos de fato para a formação de um poderoso grupo de empresários, como mais acima foi visto. Por outro lado, é certo que a política pombalina deu mais fôlego a comerciantes lisboetas que continuaram a comerciar e a arrematar impostos reais em diferentes pontos de ambos os lados do Atlântico Sul, envolvendo-se em atividades que iam do trato de cativos da Costa da Mina, passando pela dízima da Alfândega de Pernambuco, aos “direitos” de escravos e marfim de Angola (PEDREIRA, *Homens...*, op. cit., p.155-190; FRAGOSO, *A nobreza...*, op. cit., p. 31-32). Sobre a política pombalina, especificamente em relação ao grupo de comerciantes reinóis e à “comunidade” por eles formada, assuntos que não serão aqui tratados, ver PEDREIRA, *Homens...*, op. cit.

No Oriente, como se sabe, a presença de fortes comunidades de negociantes residentes era anterior à chegada de Vasco da Gama. Tais comunidades há muito tempo tinham um perfil cosmopolita e, portanto, eram hábeis nos tratos de longa distância e no uso do crédito.⁴² Ainda em finais do século XVII, na Índia lusa existiam casas comerciais como a dos irmãos Mahamai Kamat, negociantes de tecidos e de outros produtos, cujo raio de ação chegava a Portugal, Brasil e China; além de terem um papel de destaque no comércio regional com negócios em diversos portos hindus, Sul da Arábia e Moçambique. A estes *comerciantes residentes* se juntariam outros com porte semelhante; porém, resultado da presença dos reinóis emigrados.⁴³

Quanto à África Ocidental portuguesa, o trato de escravos não foi uma invenção dos conquistadores portugueses; ele era pretérito à sua chegada.⁴⁴ Da mesma maneira, em portos como Luanda, especialmente do seiscentos e setecentos, formaria-se uma forte comunidade de negociantes luso-angolanos voltados para o tráfico.⁴⁵

Na América e, em particular no Rio, as coisas foram um pouco diferentes. A chegada da esquadra de Cabral não representou, da noite para o dia, a formação de um forte grupo ou comunidade de negociantes. Estes seriam o resultado de uma sociedade colonial.⁴⁶ Voltarei a isto mais à frente.

Falar de comunidades comerciais cujos negócios atravessavam o império é falar, mais uma vez, de outro fenômeno do Antigo Regime português: as redes de reciprocidade e a formação de clientelas que cruzaram e uniram as diferentes searas do mar lusitano.⁴⁷ Era extremamente difícil para

42 SUBRAHAMANYAM, op. cit., p. 13-41; THOMAZ, op. cit., p. 513-534.

43 Cf. ANTUNES, op. cit.

44 FLORENTINO, op. cit., p. 83-103.

45 Cf. MILLER, J. *Way of death*. Winsconsin: University, 1988; FERREIRA, R. *Dinâmica do comércio intra-colonial: Geribitas, panos asiáticos e guerras no tráfico angolano de escravos (século XVIII)*. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. (Org.). *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, (no prelo).

46 FRAGOSO, J. *A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial*. In: FRAGOSO; GOUVÊA; BICALHO, op. cit.

47 Para estas redes de comerciantes/sócios antes do século XVIII, ver, entre outros, GODINHO, VITORINO, *Os Descobrimentos...*, p. 197-244.

uma *casa* comercial setecentista manter uma rede de comércio que envolvesse distantes regiões e diferentes produtos – como era o caso do tráfico atlântico de escravos – sem o recurso, a relações de reciprocidade que podia, inclusive, chegar a casamentos entre famílias de sócios. As famílias Velho, Carneiro Leão e Pereira de Almeida – residentes no Rio de Janeiro, majoritárias no comércio de africanos e nas exportações para Portugal, em princípios do oitocentos – mantinham irmãos, primos e/ou genros em Lisboa e em outras cidades do além-mar.⁴⁸ Ao mesmo tempo, o império aparece como espaço de circulação de famílias empresariais, a exemplo da experiência dos Loureiro, portugueses com estadias e negócios no Brasil e na Índia.⁴⁹

Por outro lado, o curioso é que tais relações ao tecerem as intrincadas redes que constituíam o império, criavam no mesmo movimento as condições para a transformação de algumas daquelas famílias em representantes da elite econômica em suas regiões. Para estes fenômenos o pacto colonial teve um papel decisivo.

Pacto colonial e os mercados imperiais

Apesar das idas e vindas da política comercial de Lisboa e do sempre presente contrabando, o fato é que até a abertura dos portos, em 1808, às nações amigas e os tratados subsequentes, Lisboa procurou manter o monopólio do comércio de suas colônias. Assim sendo, pelo menos em termos de princípios, a coroa tentou criar uma espécie de guarda-chuva, protegendo o ultramar da concorrência estrangeira. O comércio do império, portanto, em tese, pertencia aos seus súditos.

Mais do que isto, Lisboa procurou assegurar para os reinóis os privilégios decorrentes daquele exclusivo. Daí se entende medidas como os alvarás de 19 de junho de 1772 e 12 de dezembro de 1772, por meio dos

48 OSÓRIO, H. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Niterói, set. 1999. Tese (Doutorado) - PPGHS da UFF.

49 Cf. ANTUNES, op. cit.

quais, limitando concessões anteriores, o comércio intercolonial era proibido, por ser “huma maxima geralmente recebida e constantemente praticada entre todas as nações, que da Capital, ou Metr pole Dominante, he que se deve fazer o Commercio, e Navega o para as colônias, e não as colônias entre si.”⁵⁰

Entretanto, antes, durante e depois de tais medidas, o comércio entre os domínios continuava. Ao longo do século XVII foram freqüentes as procura es de cunho mercantil, passadas por moradores do Rio de Janeiro para Angola. Da mesma maneira, era comum, nos seiscentos, que os arrematadores dos direitos dos escravos de Angola tivessem representantes no Rio e na Bahia; sendo estes últimos também grandes comerciantes locais – muitos ligados à *nobreza da terra* – e contratadores de impostos de suas regiões. Tais fenômenos insinuam a existência de uma rede mercantil ligando as duas partes do Atlântico Sul.⁵¹

Além destas liga es atlânticas, existiam, ainda no século XVII, *rotas coloniais* que ligavam pontos mais distantes do império. Na década de 1660 era comum aos navios que vinham da  ndia pararem na Bahia e   fazerem negócios.⁵² Em 1670, o Conselho Ultramarino ordena

ao Vrey da  ndia, como por muitas vezes se tem feito, que todas as embarca es que irem (sic) da  ndia para o reino, que (...) não tomem os Portos de Angola, e do Brasil, com proibi o, que nenhum dos oficiais que vierem nas naus possam vender nenhuma sorte de fazenda, com pena de ser perdida, e les castigados por transgressores das ordens de V. Alteza.⁵³

50 apud NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1983, p. 82-83.

51 Um exemplo de tal “contrato dos direitos do Reino de Angola” foi o arrematado, em 1652, por Thomaz Filgueira Bult o. Entre os seus sócios no Rio de Janeiro, temos o capitão Baltazar Leitão e seu genro Manuel Fernandez Franco (AN, c d. 61, v. 1, f. 110). Os dois eram também, na época, arrematadores dos dízimos reais no Rio (AN, c d. 61, v. 1, f. 164), senhores de engenho e membros da nobreza da terra. Baltazar era genro de um ex-Provedor da fazenda Real (FRAGOSO, *Nobreza...*, op. cit., p. 89). Sobre as liga es Brasil-Angola ver, ainda, ALENCASTRO, L. F. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

52 HANSON, C. *Economia e sociedade no Portugal barroco*. Lisboa: D. Quixote, 1986. p. 237; LAPA, A. *A Bahia na carreira das  ndias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.

53 AHU, Angola, av., cx., 10, doc. 17.

Durante o século XVIII, o comércio direto entre as conquistas situadas em diferentes continentes continuaria. Fato que demonstra a existência de estreitos laços entre a comunidade de mercadores residentes na América Portuguesa, Angola e Índia. Cabe sublinhar que tais redes muitas vezes se faziam em detrimento dos interesses dos comerciantes reinóis.⁵⁴

Por último, deve-se lembrar que os negociantes de grosso-trato coloniais também foram beneficiados por medidas – como a provisão de 1791 – que mesmo não terminando com o exclusivo metropolitano, facilitaram o giro de mercadorias coloniais dentro do império.⁵⁵ Nesse mesmo sentido, o alvará de 19 de novembro de 1818 – posterior à abertura dos portos às nações amigas, visto como marco para o fim do exclusivo metropolitano – determinava que apenas as embarcações lusas, estabelecidas nas possessões portuguesas, pudessem negociar no Ultramar.⁵⁶ Em outras palavras, tais medidas, pelo menos em tese, garantiam que os principais parceiros comerciais do Brasil, de Angola e do Estado da Índia fossem do próprio império luso. Mas, é bom que se diga que mesmo depois de 1822, estas compras e vendas entre as antigas conquistas portuguesas continuariam ainda por mais algum tempo.⁵⁷

Seja como for, de uma maneira ou de outra, o pacto colonial contribuiu para a *integração* econômica do império português e para os negociantes situados no Ultramar, possibilitou a sua transformação em elites locais nas conquistas, como já foi insinuado.

54 Cf. ANTUNES, L., cit.; FERREIRA, op. cit.

55 NOVAIS, op. cit., p. 250-253.

56 COSTA, E. V. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Perspectiva, 1977. p. 77.

57 Como exemplo disto, temos inventários *post mortem* do comerciante “carioca” Francisco Xavier Pires, feito em 1826, e cuja fortuna fora estimada em 486:192\$797 réis, dos quais 313:594\$354 réis eram dívidas ativas, distribuídas por negócios realizados com Angola, Malabar, Bengala e Moçambique (Fragoso, *Homens...*, op. cit.).

A noção de economia colonial tardia no Rio de Janeiro e o seu papel como mercado redistribuidor para o império (1790-1830)

O uso do termo *tardio* é de longa tradição historiográfica. Com ele busca-se caracterizar a etapa final de um determinado período e, simultaneamente, o início de um novo. À falta de uma melhor definição, por *tardio* ou *tardia* compreende-se um período ou época de transição ou, mais raramente, de mudanças aceleradas. Para o período colonial da América portuguesa as coisas não são muito diferentes, embora com nuances.

Em um texto hoje clássico, publicado em 1984, Dauril Alden utiliza a noção *colonial tardio* para dar conta das últimas décadas da economia e sociedade coloniais sob o efetivo domínio português – o período 1750-1808.⁵⁸ A etapa *tardia* se iniciaria com o *boom* do ouro (seu ponto mais alto), seria seguida pelo declínio da produção aurífera e, depois, pelo retorno em grande estilo da forma tradicional da riqueza colonial – a agricultura de exportação. Este renascimento ou ressurgimento agrícola, como preferem autores como Stuart Schwartz,⁵⁹ seria marcado não apenas pela recuperação da produção de artigos como o açúcar e o tabaco, mas também pelo crescimento de novas culturas de exportação (como o algodão e o anil). Além disso, tais movimentos seriam acompanhados por mudanças políticas e sociais, como as reformas pombalinas. O término do período ocorreria a partir da chegada da corte portuguesa ao Brasil e, depois com o fim do pacto colonial e a emergência de um novo estatuto político para este país, ainda nos quadros do império lusitano.⁶⁰

Neste caso, a noção é empregada de um modo algo diferente. Tem como pano de fundo a experiência econômica e social do Rio de Janeiro e

58 ALDEN, D. El Colonial. In: BETHELL, L. (Ed.). *História da América Latina*. Barcelona: Crítica, 1990. p. 306-358. v. 3. A noção de “colonial tardio” aparece em SCHWARTZ, S. *Elites politics and society in colonial Brazil*. In: RUSSEL-WOOD, A. J. R. *From colony to nation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975. p. 133-154; e, antes desta data, a de “renascimento da agricultura” em PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 79- 93. (1. ed. em 1945).

59 SCHWARTZ, S. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras/CNPq, 1988. p. 342-344.

60 ALDEN, op. cit.

do Centro-Sul brasileiros entre o seiscentos e as primeiras décadas do século seguinte – temas vistos na primeira parte do livro. Entendo por *colonial tardia* uma época marcada não tanto por uma recuperação econômica, mas principalmente um período de consolidação de novas formas de acumulação econômica do Centro-Sul escravista. Formas estas, coincidentes com o domínio do capital mercantil e, pois, com a hegemonia de uma nova elite econômica. A elite, neste caso, seria constituída pela comunidade de comerciantes de grosso-trato residente na praça mercantil do Rio de Janeiro.⁶¹

Entre finais do seiscentos e ao longo do século seguinte continuavam a prevalecer a escravidão, produções voltadas para o mercado externo e uma hierarquia excludente. Contudo, nesse mesmo período algumas coisas mudaram, entre elas a *plantation* da Guanabara perdeu força, da mesma maneira que as formas de acumulação deixaram de se sustentar especialmente em benesses herdadas do velho sistema de mercês, ou dadas pelo senado da câmara.⁶² Por último, a partir de princípios do século XVIII, a velha *nobreza da terra*, descendente dos conquistadores do século XVI e suas práticas de enriquecimento, começaram a ceder espaço para outras formas de acumulação e grupos sociais mais marcadamente mercantis. Isto não significa dizer que o Rio de Janeiro deixou de viver um ambiente de Antigo Regime, em que a política era fundamental para a inserção no mercado; afinal o próprio mercado não passara a ser auto-regulado. Definitivamente, não se trata disso. Trata-se sim de perceber o aumento da complexidade que a economia do Rio de Janeiro assume com o decorrer do setecentos. Ela passa, lentamente, a cumprir certos papéis no intrincado comércio luso-americano e imperial, como por exemplo, ser ponto de encontro de diferentes rotas dos diversos mercados regionais internos da América lusa e das acumulações deles derivadas; um porto fundamental para o comércio externo com o reino e as demais conquistas; e, em particular, um entreposto na redistribuição interna na América portuguesa de produtos vindos de Portugal e de outras partes do império luso. Por conseguinte, o Rio transformava-se em uma referência fundamental para os mercados do Brasil e para aqueles situados nos diferentes quadrantes do *mare lusitano*.⁶³

61 FRAGOSO, *Algumas notas...*, op. cit., p. 9-36.

62 *Ibid.*, p. 13-36.

63 FRAGOSO; FLORENTINO, *O arcaísmo...*, p. 96-117.

Evidentemente, tais mudanças não ocorreram de um momento para o outro, estendendo-se por décadas no setecentos. Na verdade, o processo de consolidação da economia colonial *tardia* só ocorreu em finais do século XVIII ou, mais nitidamente, a partir de 1790; e, provavelmente, perdurou até a década de 1830. Somente pesquisas futuras poderão esclarecer este último ponto.

No período considerado, cerca de apenas quinze famílias de negociantes *cariocas* detinham 27% do tráfico atlântico de escravos (1811-30), 29%, do transporte de mercadorias da cidade para Portugal (década de 1820), e 26% do comércio do Rio com Goa. Na esfera do comércio colonial interno, cinco a nove daquelas famílias controlavam o abastecimento de 19% (1802-1822) do charque e de 31% do trigo para o Rio.⁶⁴

Na América lusa, alguns daqueles comerciantes surgiam também como arrematantes de impostos, a exemplo dos Gomes Barroso e dos Pereira de Almeida. Famílias que durante vários anos, na passagem do século XVIII para o XIX, possuíam os contratos do Rio Grande do Sul (charque e couro); combinando esta atividade com aquilo que sabiam fazer de melhor, controlar o mercado. Aliás, o Rio Grande do Sul tinha como principal parceiro o Rio de Janeiro.⁶⁵

De fato, para estes grandes negociantes, eram frágeis as fronteiras entre o comércio feito no interior da América portuguesa daquele realizado fora dela. Os mesmos Pereira de Almeida e Gomes Barroso também faziam parte do seletivo grupo de empresários que controlava, por exemplo, o tráfico atlântico de escravos. Da mesma forma que João Gomes Valle, atuava, simultaneamente e de maneira majoritária, em diferentes frentes: Angola, Goa, Portugal, Rio de Janeiro, entre outras. Além disso, eram eles que dominavam o crédito regional, possuíam companhias de seguro etc. Alguns tinham ainda grandes *plantations* de açúcar, com mais de duzentos cativos, como os Carneiro Leão e os Velho. Em outras palavras, eles eram comerciantes de grosso-trato com base nas rotas do império luso, no mercado colonial interno e alguns com posses no agro. Era por estarem simul-

64 FRAGOSO, *Homens...*, op. cit., p. 320.

65 OSÓRIO, op. cit.

66 FRAGOSO, *Homens...*, op. cit.

67 Cf. FLORENTINO, op. cit., p. 111-136.

taneamente em diferentes setores do mercado que se transformavam em negociantes de grosso-trato.⁶⁶

As relações desta poderosa comunidade carioca com as outras praças do império variavam de área para área. No caso de Angola, ao que parece, os negociantes do Rio dominavam o comércio de escravos, entre outras coisas, através do crédito.⁶⁷ Já o mesmo não ocorria em Goa. Os grandes negociantes da Índia controlavam a produção e o sistema de crédito dos panos da região, o que lhes permitia uma relação entre iguais para com os seus homólogos do Rio.⁶⁸ Quanto ao reino, basta lembrar o que foi dito acima.

Assim, o perfil diversificado das atividades dos negociantes de grosso-trato do Rio apresenta um dos traços fundamentais do funcionamento econômico do império luso da época. Nas primeiras décadas do oitocentos, eram tênues as linhas divisórias entre os circuitos comerciais internos da América lusa e as demais partes do ultramar. O Rio, como a economia colonial luso-brasileira, dependia do ultramar para existir; e, dentro de certos limites é claro, o inverso era também verdadeiro. Para esta última observação basta lembrar que o Rio, além de ser o principal porto importador e exportador do Brasil colonial, entre 1796 e 1811, era provavelmente a principal área reexportadora dos manufaturados reinóis, dos escravos angolanos e dos têxteis indianos.⁶⁹

O Rio de Janeiro, na verdade, como simples praça importadora e exportadora em meio ao império, dificilmente conseguiria sobreviver por muito tempo. Isto por uma boa razão. As suas contas eram deficitárias; ou seja, considerando apenas aquelas duas atividades, o seu saldo comercial era simplesmente negativo.

68 Cf. ANTUNES, op. cit.

69 A expressão "provavelmente" se justifica, entre outras coisas pelo fato de que, entre 1796 e 1811, segundo as balanças comerciais do Reino, a Bahia continuava a ser o principal importador de "produtos da Ásia", com mais de 5.720 contos, sendo seguido de perto pelo Rio, com 5.387 contos, isto sem contabilizar as remessas de ouro e prata para saldar débitos (ARRUDA, J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980. p. 175 e 200). Contudo, como foi lembrado que o tráfico de escravos não fora contabilizado e na mesma época o porto carioca era o principal comprador de africanos e isto era feito, principalmente, por panos da Índia: FLORENTINO, op. cit., p. 65; cf. SANTOS, C. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993. p. 156.

Caso tomemos as balanças do comércio externo de 1796 a 1807 do porto carioca por exemplo, percebe-se que ele vendeu para o ultramar e Reino 32:726:960\$555 e comprou dos mesmos 43:904:899\$356.⁷⁰ Portanto, uma simples conta de subtração indica que o Rio, nos últimos 12 anos antes da *abertura dos portos às nações amigas*, apresentava um déficit de 11:177:938\$801, equivalente a 34.5% das suas vendas. Isto significa que as vendas de açúcar, couros e outros produtos não conseguiram pagar cerca de 1/4 das importações. Deve-se sublinhar que tal déficit não foi o resultado de um ou outro péssimo ano, em meio a um período de 12 anos; de 1796 a 1807 nota-se um saldo negativo. Em alguns anos, o açúcar, o algodão e o couro, entre outros tradicionais produtos exportados, não chegariam a pagar nem a metade do que se importava via Portugal. Pior do que isto, em tais balanças não estavam computadas as compras de escravos na África.⁷¹ Portanto, caso incluísse o tráfico atlântico de cativos, aquele déficit geral chegaria a níveis estratosféricos. Em suma, trata-se de uma economia de exportação que era incapaz de pagar as suas próprias contas.⁷²

Tais contas só eram pagas mediante a remessa de metais e dinheiro amoadado.⁷³ Considerando estas remessas, começamos a ter um quadro bem distinto daquele até aqui apresentado, onde as exportações deixam de ser apenas 32 mil contos, para se tornar de 48:354:216\$064 e, por conseguinte, a balança comercial passa de deficitária para ser superavitária em 4:449:316\$708. Caberia perguntar quem é que pagava tais contas. Para responder a esta pergunta deve-se considerar que ao lado dos senhores das *plantations*, existiam os criadores de porcos, as charqueadas, as fazendas de pecuária bovina, os produtores de mandioca e outros produtores ligados ao abastecimento interno, estes disseminados por Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul etc. Isto é, uma multidão de produtores que apesar de não venderem mercadorias para os portos europeus, produziam riquezas e com elas compravam fazendas européias, da Índia, escravos africanos etc. Estas pessoas adquiriam produtos e cativos, evidentemente, não vendendo

70 A metodologia adotada nestes cálculos da balança de comércio 1796-1807 foi proposta por ALEXANDRE, 1993. p. 44-75.

71 Nas balanças do Rio com Angola para os anos de 1803 e 1804, nas quais estava incluído o tráfico de cativos, o saldo negativo para os cariocas era da ordem de 77% (1803) e 61% em 1804 (FRAGOSO; FLORENTINO, *Arcaísmo...*, op. cit.).

72 FRAGOSO; FLORENTINO, *Arcaísmo...*, op. cit., p. 98-117.

fubá ou toucinho, através de Lisboa, para Londres ou Hamburgo, mas sim por meio de moedas conseguidas anteriormente com a alienação daquele fubá ou mulas, nos vários mercados regionais da América portuguesa.⁷⁴ Se trabalhamos com as *contas internacionais* da colônia percebe-se que ela era mais que uma *plantation* exportadora e era isto que lhe permitia pagar as suas *dívidas externas*.

O que acabou de ser visto, por sua vez, permite compreender melhor as comunidades de mercadores presentes nos grandes portos brasileiros do oitocentos. Eles não só viviam das exportações e importações da agroexportação, mas também das revendas de fazendas européias e de escravos para as regiões dos produtores ligados ao mercado doméstico. E dependendo da região, esta revenda podia auferir grandes lucros para o negociante. A reexportação de escravos angolanos feita pelo traficante carioca ao Rio Grande do Sul, por exemplo, representava, em 1810, um ganho bruto de 100% sobre os custos pagos na África.⁷⁵

Ao mesmo tempo, a natureza do Rio como praça redistribuidora também esclarece melhor as relações por ela mediadas entre a América lusa e o restante do império. Os produtos das fábricas do reino, os escravos africanos e os panos indianos – além dos segmentos sociais ligados à exportação – tinham como mercado as compras feitas pelos criadores de porcos mineiros, pelos milhares de lavradores de mandioca e *empresários* do charque gaúcho; ou seja, produtores voltados para o abastecimento interno da América lusa. Neste momento, não são demais algumas informações empíricas: entre 1796 e 1810, os dois principais portos portugueses tinham como principal praça importadora de seus produtos no ultramar o Rio de Janeiro;⁷⁶ para 1781 a 1810, as apotações de 300.000 escravos no Rio, principalmente de Angola, foram as maiores registradas em qualquer porto isolado das Américas;⁷⁷ de 1816 a 1819, as compras cariocas representaram de 60 a 79% das vendas feitas por Goa.⁷⁸ Portanto, o império lusitano

73 ALEXANDRE, *Sentidos...*, p. 64-65.

74 FRAGOSO; FLORENTINO, *Arcaísmo...*, op. cit.

75 *Ibid.*, p. 107.

76 ALEXANDRE, *Sentidos...* op. cit., p. 32-69.

77 FLORENTINO, op. cit., p. 55-68.

78 ANTUNES, op. cit.

tinha como principal mercado uma outra conquista, ou o que é o mesmo, os diversos circuitos internos de comércio da América lusa.

Cabe sublinhar que este papel de uma praça da América portuguesa servir de ponto de encontro de diferentes rotas do império e, simultaneamente, ser redistribuidora para os mercados regionais da mesma conquista, parece não ser uma particularidade do Rio oitocentista. Em um trabalho pioneiro e clássico, publicado em 1968, Amaral Lapa chamava a atenção para o papel exercido por Salvador da Bahia. Esta praça, desde o século XVII, estava ligada à Carreira da Índia e ao comércio atlântico de escravos. Além disso, o autor sublinha, para o século XVIII, que dificilmente o grande volume de mercadorias vindas da Índia poderia ser consumido na própria Bahia, sendo provavelmente *reexportado* para outras paragens.⁷⁹

Talvez os negócios baianos de importação e de redistribuição não tenham tido a mesma monta dos cariocas. Afinal, desde meados do século XVIII ou mesmo antes, o Rio tinha uma alfândega mais volumosa, sendo o principal abastecedor das Minas Gerais⁸⁰ e, desde 1750, já consistia no maior comprador de africanos da colônia. Porém, este tipo de comparação é o menos importante. Importa sim constatar que aquele cruzamento entre as rotas do ultramar – e mesmo do Reino – com os circuitos internos americanos possui uma história que coincide e se multiplica com a própria história colonial e do império luso.

Entre, pelo menos meados, do século XVII e princípios do século XIX, apesar de todas as diferenças econômicas e sociais evidentes entre o Estado da Índia, Angola, América e Portugal, o império português foi capaz de criar mais do que um simples conjunto de rotas comerciais transoceânicas. Nele se percebe a existência de circuitos que, em diferentes graus, garantiram a reprodução de setores produtivos, grupos sociais e mesmo de estruturas econômicas daquelas sociedades tão diferentes. Enfim, o império era mais que uma colcha de retalhos comerciais.

79 LAPA, op. cit., p. 274-279; RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

80 FRAGOSO, *Algumas notas...*, op. cit., p. 23 e 25.

Referências

Fontes Primárias

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, Portugal. Coleção Angola: av. – avulso, cx. 15, doc. 36; cx. 12, doc. 29; cx. 10, doc. 17. Coleção Rio de Janeiro: av – avulsos, cx. 3, doc. 48.

AN – Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. cód. 61, v. 1.

ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo, registros gerais de testamentos, liv. 103, n. 41, p. 50-54.

Livros e Artigos

ALBUQUERQUE, L. de. *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994. p. 625-627. v. 2.

ALDEN, D. El colonial. In: BETHELL, L. (Ed.). *História da América Latina*. Barcelona: Crítica, 1990. v. 3.

ALENCASTRO, L. F. *Os lusos-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul*. Campinas, 1994. Tese (Livre-docência inédita) - Unicamp. p. 30-31.

_____. *O trato dos viventes*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

ALEXANDRE, V. *Os sentidos do império*. Lisboa: Afrontamento, 1993.

_____. Portugal e a abolição de tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, Lisboa, v. 26, n. 3, fasc. 2, p. 293-303, 1991.

ALEXANDRE, V.; DIAS, J. A questão colonial no Portugal Oitocentista. In: _____. *O império africano (1825-1890) – nova história da expansão portuguesa*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 27-34. v. 10.

ALMEIDA, A. A. M. de. *Capital e capitalistas no comércio de especiarias*. Lisboa: Cosmos, 1993. p. 45-65.

ALMEIDA, J. Traços gerais do sistema de comércio português no Atlântico, esboço de caracterização. *Primeiras jornadas de história moderna*, Lisboa, v. 2, p. 951-972, 1986.

ANTUNES, L. Têxteis e metais preciosos: novos vínculos do comércio indo-brasileiro (1808-1820). In: FRAGOSO, J. GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. (Org.). *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. No prelo.

ARRUDA, J. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo: Ática, 1980.

BRAUDEL, F. *O tempo do mundo – civilização material e capitalismo*. Lisboa, Teorema, 1979. v. 3.

BOXER, C. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602- 1686*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1973. p. 111.

_____. *O império colonial português*. Lisboa: Editora 70, 1981.

BOWEN, H. V. *Elites, enterprise and the making of the british overseas empire, 1688-1775*. London: Macmillan Press LTD., 1996.

COSTA, E. V. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

FALCON, F. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1983.

FERREIRA, R. Dinâmica do comércio intra-colonial: geribitas, panos asiáticos e as conexões econômicas do império português. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. (Org.). *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. No prelo.

FLORENTINO, M. *Em Costas Negras*. 2. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

FRAGOSO, J. *Homens de grossa aventura: 1790-1830*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. Algumas notas sobre a noção de “colonial tardio” no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial. *Locus – Revista de História*, Juiz de Fora, v. 6, n. 10, 2000.

_____. A nobreza da república: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro. *Topoi – Revista de História do programa de pós-graduação em História Social da UFRJ*, Rio de Janeiro, n. 1, 2000.

_____. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e da sua primeira elite senhorial. In: FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. S.; BICALHO, M. F. B. (Org.). *O antigo regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. No prelo.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

- MAURO, F. *Nova história e novo mundo*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- GARAVAGLIA, J. El mercado interno colonial a fines del siglo XVIII: Mexico y el Peru. In: BONILLA, H. (Org.). *El sistema colonial en la America Española*. Barcelona: Critica, 1991. p. 218-238.
- GODINHO, V. *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1975.
- _____. *Ensaio II*. Lisboa: Sá da Costa, 1978.
- _____. *Os descobrimentos e a economia mundial*. Lisboa: Presença, 1987. v. 3.
- GREENE, J. *Negotiated authorities*. Essays in colonial political and constitutional history. Charlottesville: University Press of Virginia, 1994.
- HANCOK, D. *Citizens of the world* – London merchants and the integration of the British Atlantic community, 1735-1785. Cambridge: University Press, 1996.
- HANSON, C. *Economia e sociedade no Portugal barroco*. Lisboa: D. Quixote, 1986.
- HESPANHA, A. M. *As vésperas do Leviathan*. Coimbra: Almedina, 1994.
- LAPA, A. *A Bahia na carreira das Índias*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1968.
- MACEDO, J. B. *A situação econômica no tempo de Pombal*. Lisboa: Gradiva, 1985.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal* – paradoxo do iluminismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- MENDELS, F. Proto-industrialization: theory and reality. In: INTERNATIONAL ECONOMIC HISTORY CONGRESS, 8., 1982, Budapest. *Anais...* Budapest: Akademiai Kiado, 1982. p. 69-107.
- MONTEIRO, N. G. *O crepúsculo dos grandes (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1998.
- NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*. São Paulo: Hucitec, 1983. p. 82-83.
- O'BRIEN, P. European economic development: the contribution of the periphery. *Economic History Review*, v. 35, n. 1, 1982.
- O'BRIEN, P.; ENGERMAN, S. L. Export and the growth of the British economy from the glorious revolution to the peace of amiens. In: SOLOW, B.; ENGERMAN, S. (Eds.) *Slavery and the rise of the atlantic system*. Cambridge: [s.n.], 1991.

OSÓRIO, H. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura na América*: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói, set. 1999. Tese (Doutorado) - PPGHS da UFF.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1978. p. 79-93. (1. ed. em 1945).

PEDREIRA, J. *Estrutura industrial e mercado colonial: Portugal e Brasil (1780-1830)*. Lisboa: Difel, 1994.

_____. *Os homens de negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao vintismo (1755-1822)*. Lisboa, 1995. Tese (doutorado) - Universidade Nova de Lisboa.

RAU, V. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In: RAV, V. *Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime*. Lisboa: Presença, 1984. p. 29-33.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. São Paulo. *Revista Brasileira de História*, v. 18, n. 36. São Paulo, 1998.

SUBRAHAMANYAM, S. *O império asiático português, 1500-1700*. Lisboa: Difel, 1995.

POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

SANTOS, C. *O Rio de Janeiro e a conjuntura atlântica*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

STERN, J. S. Feudalism, capitalism. And the world-system in the perspective of Latin America and the Caribbean. *American Historical Review*, v. 88, n. 43, 1988.

SCHWARTZ, S. Elites politics and society in colonial Brazil. In: RUSSELL-WOOD, A. J. R. *From colony to nation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1975.

_____. *Segredos internos*. São Paulo: Cia. das Letras/CNPq, 1988.

THOMAZ, L. *De Ceuta a Timor*. Lisboa: Difel, 1994.

TILLY, C. *Coercion, capital, and European States*. Cambridge, [s.n.], 1991.

TORGAL, L. R.; ROQUE, J. L. (Coords.). *O liberalismo – história de Portugal*. Lisboa: Estampas, 1993. v. 5.

WALLERSTEIN, I. *O sistema mundial moderno*. Porto: Afrontamento, [19-?], v. 1.

WESSELING, H. História do além-mar. In: BURKE, P. *A escrita da história*. São Paulo: Unesp, 1991. p. 97-131. (ed. em inglês: 1990).